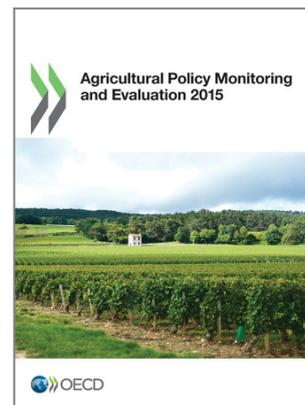


OECD *Multilingual Summaries*

Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2015

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/agr_pol-2015-en](https://doi.org/10.1787/agr_pol-2015-en)

Monitorização e Avaliação da Política Agrícola 2015

Sumário em Português

O presente relatório abrange os países da OCDE e várias economias emergentes que são protagonistas importantes nos mercados mundiais. Estes 49 países representam cerca de 88% do valor acrescentado global na agricultura. As suas políticas agrícolas refletem a heterogeneidade das funções que a agricultura desempenha nas respetivas economias. Independentemente das diferenças estruturais entre os países, estes partilham um conjunto de metas comuns que impulsionam as suas políticas agrícolas: propiciar a viabilidade económica do setor da agricultura e das zonas rurais de forma mais generalizada, produzir alimentos suficientes e nutritivos para atender às necessidades de populações globais crescentes e com maior capacidade económica, e melhorar a sustentabilidade ambiental a longo prazo da produção de alimentos. As abordagens políticas atribuem pesos diferentes a estas metas partilhadas.

Coletivamente, os países abrangidos pelo presente relatório transferiram uma média anual de USD 601 mil milhões (EUR 450 mil milhões) para os produtores agrícolas entre 2012-14, conforme medido pela Estimativa de Apoio aos Produtores (EAP/PSE) da OCDE, tendo gasto além disso USD 135 mil milhões (EUR 103 mil milhões) em serviços gerais que apoiam o funcionamento geral do setor.

Os níveis médios de apoio aos produtores agrícolas nos países da OCDE e nas economias emergentes estão a convergir: em média, as economias emergentes passaram da tributação da sua agricultura na década de 90 para a concessão de níveis importantes de apoio, ao mesmo tempo que os níveis historicamente muito elevados de apoio em toda a zona da OCDE registaram, em média, um declínio. Nos últimos anos, algumas grandes economias emergentes começaram a alcançar o nível de apoio médio prestado pelos países da OCDE. Dos 49 países abrangidos pelo presente relatório, 18% das receitas brutas da agricultura em 2014 têm a sua origem em políticas públicas de apoio aos agricultores.

Para a zona da OCDE no seu todo, assistiu-se também a uma diminuição progressiva dos instrumentos de política como o apoio aos preços de mercado e subsídios para fatores de produção, e à adoção de políticas que não influenciam diretamente as decisões em matéria de produção agrícola. Este fenómeno tem-se manifestado em graus e ritmos diferentes, com as alterações a ocorrerem de forma particularmente lenta no grupo de países com níveis mais elevados de apoio e proteção. Foram tomadas algumas medidas com vista à concretização de prioridades de longo prazo já manifestadas, como sustentabilidade ambiental, inovação e gestão de riscos. Esses esforços devem ser intensificados. Ao mesmo tempo, algumas economias emergentes estão a evoluir no sentido oposto, aumentando o recurso a políticas de apoio ligadas aos preços e à produção. Nos 49 países, 67% do apoio aos agricultores está diretamente associado aos preços, produção ou utilização de fatores de produção sem condicionamentos.

Recomendações

Os países devem começar a concentrar-se mais na resolução dos problemas de longo prazo associados ao aumento da produtividade e ao desempenho da agricultura ao nível da sustentabilidade.

Um dos principais objetivos dos decisores políticos deveria ser preparar o setor para o futuro, para o ajudar a enfrentar múltiplos desafios. Em termos globais, a agricultura vai ter de: produzir mais alimentos para uma população crescente e com maiores disponibilidades económicas, e que exige uma dieta mais variada; contribuir para o crescimento económico e alívio da pobreza em muitos países em desenvolvimento; competir por uma quota-parte de recursos naturais finitos - terra e água; e contribuir para preservar a biodiversidade e a qualidade das terras e da água, recuperando ecossistemas frágeis, e adaptando-se às alterações climáticas e mitigando as mesmas.

A melhoria da capacidade do setor da agricultura para dar resposta a esses desafios e concretizar todo o seu potencial económico é algo que, em muitos casos, vai obrigar a melhorias na conjuntura política mais alargada em que o setor desenvolve a sua atividade, tendo em vista a atração de recursos financeiros e humanos e o fomento de um setor agrícola inovador. Uma abordagem abrangente que vise melhorar a coerência com outras políticas (macroeconómicas, comerciais, sociais e ambientais) e reduzir os constrangimentos ao ajustamento estrutural será mais eficaz do que uma afinação marginal das políticas agrícolas existentes na maioria dos países.

Uma reorientação deste tipo exige uma visão clara sobre aquilo a que se pretende chegar com as reformas políticas aos níveis nacional e internacional. No prazo mais imediato, podem ser conseguidos ganhos importantes:

- O apoio aos preços de mercado deve ser reduzido tendo em vista a sua eventual eliminação. Esse apoio não está bem direcionado e não chega aos destinatários pretendidos; impõe custos significativos aos consumidores, especialmente nos países de baixos rendimentos, e isola os agricultores dos desenvolvimentos que se vão operando nos mercados, distorcendo as decisões que aqueles tomam em matéria de produção.
- Os subsídios aos fatores de produção também devem ser reduzidos tendo em vista a sua eventual eliminação. Ao reduzirem os custos de fatores de produção selecionados, como por exemplo os fertilizantes, contribuem para o risco de utilização excessiva ou indevida destes fatores de produção agrícola valiosos que, como resultado, podem ser nocivos para o meio ambiente. Os esquemas de concessão de crédito também se traduzem num fardo pesado para os orçamentos dos governos, tendem a aumentar a dívida agrícola e a ser capitalizados em ativos fixos, podendo além disso criar problemas de risco moral.
- A conceção de medidas de estabilização dos rendimentos e receitas deve ser ponderada com cuidado. Por vezes, traduzem-se apenas em benefícios modestos com um elevado custo para os contribuintes. Alguns dos riscos com que os produtores agrícolas se deparam podem ser geridos através de mecanismos de mercado, e o apoio do governo deve concentrar-se mais em ajudar os agricultores a lidar com acontecimentos inevitáveis e catastróficos.
- Os pagamentos diretos, se estiverem associados a objetivos e beneficiários claramente definidos e devidamente ajustados ao problema que visam resolver, podem ser uma alternativa eficiente para a efetivação de uma gama alargada de metas públicas, incluindo as que estão relacionadas com a concretização de benefícios ambientais. As preocupações relativamente aos impactos negativos da agricultura na natureza devem ser abordadas através de uma combinação de soluções assentes no mercado, regulação e tributação.
- O apoio generalizado a proprietários de terras raramente é justificado, mas os pagamentos diretos podem desempenhar um papel transitório importante no processo de reforma das políticas agrícolas. Há que dedicar mais atenção ao ambiente propiciador mais alargado em que o setor opera; a política agrícola é muito importante, mas as políticas económicas, sociais e ambientais mais alargadas também desempenham um papel de relevo.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2015), *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2015*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/agr_pol-2015-en